



COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

AGNELLO BITTENCOURT

UM PROTESTO: RESPOSTA ÀS PRETENSÕES DA FRANÇA A UMA PARTE DO AMAZONAS

[DOCUMENTO Nº 151]

CULTURA



Edições
Governo do Estado



COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

Um protesto
Resposta às pretensões
da França a uma parte do
Amazonas

Documento n.º 151



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

JOSÉ MELO

Governador do Amazonas

ROBÉRIO BRAGA

Secretário de Estado de Cultura

ELIZABETH CANTANHEDE

MIMOSA PAIVA

Secretárias Executivas

ANTÔNIO AUSIER RAMOS

Diretor do Departamento de Literatura

KARLA COLARES

JAIR JACQMONT

Assessores de Marketing

**Secretaria de
Estado de Cultura**

Av. Sete de Setembro, 1546

69005-141 – Manaus-AM-Brasil

Tels.: (92) 3633-2850 / 3633-3041 / 3633-1367

Fax.: (92) 3233-9973

E-mail: cultura@culturamazonas.am.gov.br

culturamazonas.am.gov.br

Barão de Marajó



COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

Um protesto
Resposta às pretensões
da França a uma parte do
Amazonas

Documento n.º 151

Manifestadas por Mr. Deloncle

CULTURA



Edições
Governo do Estado

© Barão de Marajó, 2012

EDITOR Antônio Ausier Ramos

SUPERVISÃO EDITORIAL Jeordane Oliveira de Andrade

CAPA Ângelo Lopes

PROJETO GRÁFICO André Martins

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA Gráfica Moderna

REVISÃO Sergio Luiz Pereira

NORMALIZAÇÃO Ediana Palma

PROJETO EDITORIAL - VERSÃO ELETRÔNICA Luiz Felipe | Karla Colares

B624p Marajó, Barão de.


Um protesto Resposta às pretensões da França a uma parte do Amazonas / Barão de Marajó. – Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

52p. ; 14x21cm. – n.º 151. (Documentos da Amazônia).

ISBN 978-85-64218-42-0.

1. Territórios – Direito. 2. Pretensões Francesas – Protesto. 3. Amazonas (Estado). I. Título. II. Série.

CDU 341.221(811.3)



"A contação de histórias é das mais antigas tradições que se tem notícia entre os povos. Ela serve para repassar conhecimento, trocar experiências e perpetuar culturas. Antes mesmo do homem desenvolver a escrita, a oralidade já servia para ilustrar o dia-a-dia, recordar o passado e dar asas à imaginação. Os livros, portanto, são a concretização dessa tradicional arte de disseminar o saber. Daí a importância da leitura para o povo. Porque só o conhecimento liberta, nos faz crescer e nos faz acreditar em um mundo melhor."

José Melo
Governador do Amazonas

NOTA EXPLICATIVA SOBRE ESTE LIVRO ELETRÔNICO

Os direitos sobre todos os textos contidos neste livro eletrônico são reservados ao(à) seu(sua) autor(a) e estão protegidos pelas leis do direito autoral. Esta é uma edição eletrônica, não comercial, que não pode ser vendida nem comercializada em hipótese nenhuma, nem utilizada para quaisquer fins que envolvam interesse monetário. Em caso de uso acadêmico deste e-book, todos os créditos e referências devem ser dados ao(à) autor(a) e a Edições Governo do Estado.



UMA PARTE DO AMAZONAS

Ainda há pouco a imprensa portuguesa foi vivamente excitada, e todas as folhas do reino se ocuparam da maneira por demais rápida com que a república francesa se julgara no direito de, lançando seus navios até as terras do Congo, apoderar-se de territórios sobre os quais nunca fora contestada a suserania ou a influência do governo português; simultaneamente enquanto o *Sagittaire*, crismado em *Oriflame*, com ares de salteador que oculta o rosto, efetuava a tomada da Ponta Negra, outros navios eram mandados a Madagáscar e ao Tonkin efetuar empresas nas quais padecendo o direito, se obtinham ocasiões para ostentosas descrições de feitos gloriosos, que para quem conhece os lugares e as populações nada valem, especialmente para a França que com razão se enobrece de tantos feitos notáveis.

Inaugurava assim a França uma época de colonização, a qual dava lugar a que a *Revue Politique* em suas colunas saudasse *estes fatos e esta febre, como sendo o característico da psicologia da França nos fins do presente século*; época que, parece esquecê-lo a *Revue Politique*, foi precedida pela perda da Alsácia e Lorena, pela completa queda da sua influência no Egito.

Com quer que seja, o tal brilhante arrebol saudado pela Revista parece que ainda não tinha o preciso esplendor, pois que a França o quer aumentar com suas pretensões a mais vastos territórios, quais os da margem esquerda do Amazonas desde o rio Negro até o oceano, ligando esse território com o da Guiana Francesa.

Como brasileiro e mais ainda como paraense, isto é, filho da província a que se quer arrancar um parte enorme, não tendo lido ou sabido que em França se tenha escrito alguma coisa em contrário ao que foi afirmado em conferência pública na Sociedade de Geografia Comercial, e daí passou ao domínio da imprensa e às regiões oficiais, julguei que devia dizer algumas palavras, narrando o que se tem dado recentemente, quais as pretensões enunciadas, e qual o seu pouco valor.

Eis os fatos tais quais são narrados pelas folhas brasileiras.

Agita-se na França a ideia de, renovando a pretensão que mais de cem vezes tem sido apresentada, afirmar por fatos o

direito que diz ter ao território da Província do Pará além do rio Oyapoc.

As pretensões francesas têm variado com as diferentes épocas, colocando os limites da sua Guiana mais ou menos para o lado do território outrora português e hoje brasileiro. Atualmente, porém, as pretensões chegam ao máximo, pois que se lê no *Petit Journal* que em sua conferência Mr. Henrique Deloncle, que parece invejar as glórias de Mr. Brazza, afirma o que vou em seguida transcrever:

“As nossas colônias – A absoluta necessidade em que nos achamos para dar saída à população excessivamente compacta em França, e que não pode aqui viver senão dificilmente, chamou, enfim, a nossa atenção para as questões coloniais.

Já não estamos indiferentes.

A Algéria ocupa-nos ardentemente, e as Câmaras têm, entre mãos, um projeto de desmembramento a empreender.

A Tunísia organiza-se.

Eis a expedição de Tonkin que vai partir.

Estamos, pois, em bom caminho; e não somente os homens de Estado ocupam-se com essas questões, mas ainda o público interessa-se por elas, o que é digno de louvor.

Tem-se observado que a questão de nossas colônias toma presentemente um lugar proeminente na discussão pendente na Câmara dos Deputados, com referência à parte relativa aos transportes transtlânticos.

O dever da imprensa é secundar o movimento da opinião pública, a este dever não faltaremos.

Trataremos duma muito curiosa reivindicação, que acaba de ser sugerida a propósito da Guiana”.

* * *

“Mr. Henrique Delocle, em uma comunicação digirida à Sociedade de Geografia Comercial, acaba de lembrar, com efeito, que a França tem direitos seculares sobre as bocas e sobre uma parte do curso do Amazonas.

Comparando o nosso estado atual na Guiana, tão pouco próspero, com o que poderia ser, se exercêssemos os nossos di-

reitos, e se materializássemos nossas reivindicações científicas, concluiu chamando para este debate a atenção do público, e convidando e estimulando a França a ocupar-se por si mesma deste magno objeto, fora de toda a política até hoje seguida.

A ciência desde longo tempo resolveu a nosso favor esta questão, que vamos resumir em poucas palavras.

O Tratado de Utrecht, em 1713, encerra no art. 8.º convenções entre a França e Portugal, por onde se evidencia que o limite da Guianas francesa e brasileira deve ser fixado no rio d'Iapoc ou de Vicente Pinçon, e que a região situada ao norte deste rio pertecer-nos-á em toda a integridade.

O Tratado de Badajoz (1801) completou esse texto, assimilando o rio de Vicente Pinçon ao Araguari, largo rio que desemboca ao norte do Amazonas, e declarando que a nossa possessão estender-se-ia sobre toda a região situada ao norte de uma linha dominada pela fonte desse rio até o rio Branco.

Esses tratados, porém, nunca foram executados porque o governo português nunca chegou a um acordo conosco sobre a interpretação destas palavras: *rio de Iapoc ou de Vicente Pinçon*.

O governo português pretendeu encontrar este Iapoc no Oyapock do cabo Orange que borda com efeito nossos estados atuais desde 1810, mas dos quais estivemos sempre de posse.

Partindo deste princípio, o Brasil considerou, quando se separou de Portugal, que perdemos um território vasto como a França, excepcionalmente rico e sobretudo dotado de minas de ouro.

Mr. Henrique Delocle, relendo a tese dos navegadores franceses do século 16, e apoiando-se no estudo de perto de 200 cartas ou roteiros, provou que a palavra Iapoc significa simplesmente boca de chuva, isto é, rio, em língua caraíba, e que podia indiferentemente ser aplicada a todos os cursos d'água dessa costa; que o Iapoc, o mais conhecido no tempo das primeiras descobertas, é o estuário formado pelo braço norte do Araguari.

Demonstrou, enfim, que o rio descoberto e batizado pelo espanhol Vicente Pinçon em 1500, e especialmente designado pela letra do Tratado de Utrecht, era o braço ocidental do Amazonas, hoje conhecido sob o nome de Canal de Bragança,

e chamado pelos indígenas Tucuçú ou Oirapoco, o que se confundiu com Oyapoco, primeira forma de Iapoc.

Demonstrou, também, que nossos compatriotas tinham, desde 1580, colonizado as margens do Amazonas, fundando aí um lugar chamado Brest, o que não é um nome inglês, ainda que o diga um sábio português Caetano da Silva; mas sim um lindo nome bretão.

Em seguida, mostrou porque série de violências os portugueses nos repeliram desses primeiros acampamentos, até que o Tratado de Utrecht reconheceu implicitamente nossos direitos, e como nossos adversários conseguiram inverter este tratado, criando-nos toda a sorte de embaraços continentais, desde parte do século 18 até o século 19.

Apoiou nosso direito a avivar a questão, e pelo modo ardente com que descreveu o estado pouco lisonjeiro da nossa colônia guianesa, provou que devemos a todo o custo preocupar-nos de chegarmos até o Amazonas.

O território contestado é limitado pela cordilheira guianesa, o Tabutu, rio Branco, rio Negro, Amazonas, oceano e Oiapoque.

Os leitores que o medirem sobre um mapa compreenderão o interesse da questão levantada por Mr. Delocle.

* * *

Uma última palavra:

Aqueles de nossos leitores que acompanham com atenção os nossos artigos sobre o movimento geográfico, devem lembrar-se sem dúvida do que dissemos da viagem empreendida pelo Sr. Wiener, vice-cônsul de França em Guaiaquil, no vale do Amazonas.

Partindo das nascentes do Napo, um dos afluentes da esquerda, desembarcou na Província brasileira do Grão-Pará, que confim com a nossa Guiana.

Este trajeto é quase exatamente o que Francisco Orellana seguiu em 1541, quando reconheceu pela primeira vez o rio americano.

Em uma série de conferências apaixonadas e ardentes, o Sr. Wiener descreveu os resultados dessa bela viagem, bem assim o esplendor, a riqueza quase incalculável, o futuro imenso dos lugares por ele visitados.

Nosso comércio teria tudo a lucrar se pudesse abordar esse continente da América do Sul, que é, entre todos, o continente virgem.

Agora acaba de verificar-se que é isso possível.

O curso do Amazonas com seus rodeios, sua grandeza, e o infinito de seus afluentes, é como uma penetração interior, como um mediterrâneo, e só a prática nos conduzirá ao mais profundo dessas regiões opulentas”.

Thomaz Grimm.

À publicação deste artigo do *Petit Journal* seguiu-se a de um artigo da *Revue Sud Americaine*, cujo autor é o ilustrado Sr. Pedro S. Lamas, um dos poucos que procura fazer conhecida a Europa na América do Sul, no qual se depara com o seguinte trecho que não podia deixar de chamar sobre o assunto a atenção do governo, assim como dos escritores brasileiros; o que de fato aconteceu com vejo pela leitura do *Diário de Pernambuco*, e pela do *Diário do Grão-Pará, Liberal do Pará e Província*.

Eis o período a que me refiro:

“O governo francês tomou a sério o assunto e se prepara, após maduro exame dos documentos, para reivindicar formal e definitivamente o vasto e esplêndido território em questão.

Por seu lado, a opinião pública começa apaixonar-se por esse negócio: é um vasto império absolutamente rico; ele é nosso, diz-se, e toda a demora em reivindicá-lo será um erro que bem poderá determinar a queda do governo.

Cumprido, pois, esperar que em breve apareça no tapete diplomático a questão da reivindicação pela França de uma das margens do Amazonas em uma considerável parte do seu imenso percurso.

O Brasil saberá defender seus direitos, como tem feito até agora.

Não deixaremos de analisar, sob diversos pontos de vista, esta interessante questão”.

Poderão ponderar que, até aqui, apenas tem havido uma conferência e dois artigos de jornais sobre esse assunto, e que por isso ainda não é para recear uma invasão nos territórios amazonienses; mas se atendermos a que repetidas vezes tem vindo à tela da discussão diplomática este assunto, que ainda há um ano Mr. Wiener, cônsul francês, em conferências públicas em Paris, nas quais, tocando a hipérbole, apontava as regiões amazônicas como o verdadeiro El Dorado, se ainda lembrarmos que os jornais, nos extratos das conferências, ainda mais excitavam a curiosidade e a par dela as ambições, formando uma quase opinião pública que poderia tornar-se como motivo para despertar a atenção do governo, poder-se-á concluir que, seguindo com o Brasil o processo seguido por Mr. Brazza em Congo e Ponta Negra, não será para admirar que em breve vejamos na foz do Amazonas um outro *Sagittaire* mascarado em *Oriflame*, meio navio de guerra, meio flibusteiro, arvorar a bandeira tricolor em algum tijupar de algum índio que o consentirá, sem saber o lhe pedem, a troco de alguns presentes; fato que depois naturalmente será invocado para lhe corroborar os dados direitos que se quer arrogar a França, a que afinal são baseados em uma interpretação de um vocábulo índio, ao qual os escritores franceses têm dado cada um a sua significação diversa, fazendo lembrar os arqueólogos que, partindo de uma mesma palavra encontrada em um monumento, cada um por um processo de transformação mais ou menos complicado e regular, chega a uma conclusão inteiramente oposta àquela dos seus contendores.

Nos seguintes artigos entrarei na apreciação histórica das asserções de Mr. Delocle, e bem assim na das expressões dos tratados que invoca, e depois o acompanharei na análise do vocábulo da língua tupi, que a seu modo modifica e transforma.

Não será para mim glória alguma no que disser, pois que tudo irei buscar à maginifica obra do Sr. Joaquim Caetano da Silva, intitulada *L'Oyapoc*, publicada em 1861, e a memória do Sr. A. N. Monteiro Baena, publicada em 1846, sobre este assunto, a qual merece muita atenção pela precisão com que é escrita, e por ser baseada nos documentos existentes da Secretaria do Governo da Província do Pará, por onde correm todas

as discussões, e ordens havidas sobre este assunto. Finalmente ainda procurarei auxílio, contra o Sr. Deloncle, nos documentos que de certo encontrarei nos arquivos portugueses.

Quando em 1870 a França, erguendo-se ensanguentada, dilacerada e humilhada, ela a guerreira, ela a vitoriosa, dos campos de batalha em que fora batida sem ter obtido um única vitória de que se orgulhasse, tendo colhido uma única bandeira prussiana, e essa por mãos de um brasileiro, Menotti Garibaldi, filho do Rio Grande do Sul, quando nenhuma nação lhe prestava o seu auxílio, e nem mesmo a piedade que inspira a desgraça, e tudo isto devido ao espírito que parecia inspirar o terceiro dos Napoleões, que o fez intervir, nos negócios italianos, deixando pela paz inesperada de Vila Franca, igualmente descontentes a Áustria e Victor Emmanuel, nos do México, com o que sacrificou o cavalheiroso Maximiliano de Áustria e ganhou uma humilhação para a França; nos de Espanha com o que, esquecido que a Península sempre fora fatal à sua raça, só alcançou a guerra com a Alemanha, o seu exílio e a desgraça para a França, quando pois ela se viu exangue e abandonada, deixando-se guiar por Thjiers, esse vidente patrício que com mão segura escrevera antes no livro dos destinos as desgraças de 1870 e que aliando a sua prudência ao entusiasmo de Gambetta, gênio que, ainda sem ter atingido o seu zênite, foi envolto pelas sombras eternas, soube criar uma nova ordem de coisas, que permitiu libertar a pátria dos que faziam campanhas para lhe extorquir tesouros; parecia então que a França entrara em uma época de regeneração, deixando a política de intervenção para tratar somente de sua reorganização interna, abandonando esses fatais sonhos de conquistas e anexações que tão caros lhe tinham custado, e a sua persistência em tão sensato propósito lhe tinha captado a simpatia e respeito de todas as nações.

Há um ano, porém, parece tudo ter mudado, o espírito de aventuras parece ter novamente surgido sob um novo aspecto, e receosa a França deu uma segunda lição por parte da Europa, quer dar-lhe expansão sob uma nova forma, que faz lembrar as proezas de Villegaignos, e as dos flubusteiros da ilha da Tartaruga; lança seus navios e soldados através dos mares apossando-se da Tunísia, e quereria continuar a invasão pelo

Egito, se a Inglaterra, desejosa de guardar para si só a presa, lhe não impusesse respeito.

O oceano, porém, é largo e lá está Madagáscar e o Congo que vão ser o teatro de combates e vitórias liliputianas, com as quais o governo francês entretém o gênio irrequieto da nação; e com as exéquias e apoteose do infeliz Rivière, ocupa a atenção deste povo eminentemente teatral que se embriaga com os negócios do Tonkin.

É então que Mr. H. Delocle, apoiado pela Sociedade de Geografia Comercial, pela *Revue Politique* e pelo *Petit Journal*, lembra a questão já morta do Oyapoc, e as pretensões francesas à margem amazônica, às quais as conferências de Mr. Wiener vieram dar o encontro dos tesouros ocultos das mil e uma noites. Mal pensava eu em 1880, no Pará, quando auxiliava o Sr. Wiener com uma lancha a vapor, que lhe permitia procurar os companheiros dísperos, e completar a sua exploração, que fornecia elemento para a lembrada invasão.

Invasão, sim: porque já houve quem lembrasse este processo expedito, sem mais preliminares, persuadidos talvez que teriam de tratar com os Howas de Madagáscar, ou com os boçais prestos do Congo.

A boca foge sempre para a verdade, é um provérbio que mais de uma vez se verificou neste assunto. Não é porque a França queira reivindicar direito, que dirige suas vistas para o Amazonas: não. Ambos os artigos publicados em França bem como a conferência havida dão como razão principal, como razão justificativa para atos de flibusteiros, o ter-se tornado a população francesa por demais compacta, e o desejo de estender o seu comércio pelo vale do Amazonas.

Não é o desejo de alcançar glória, não é o direito de uma reivindicação que a leva ao grande rio, não: é o desejo de estar mais a cômodo, é a vantagem que encontra em trocar as mercadorias pelas valiosas drogas e mercancias amazonienses; é a ganância que os chama lá; são eles que o dizem e o confessam, mas esta confissão importa a censura do próprio procedimento, e é fácil prová-lo.

O excesso da população, a sua demasiada densidade, ora vejamos se tal razão é valiosa.

A densidade da população em França é de 69 habitantes por quilômetro quadrado.

A da Suíça é de 65 habitantes, a da Prússia de 71, a de Saxe e Thuringa de 88, a de Itália de 90, a de Inglaterra de 101, a de Holanda de 110, a da Bélgica de 73, e ainda nenhum destes países se lembrou em transformar seus navios de guerra em navios flibusteiros, e seus oficiais em aventureiros da ilha da Tartaruga, para invadirem e atacarem os territórios sobre os quais há tratados, e cujo modo de existir tem sido respeitado por todas as nações.

A necessidade de estender o seu comércio. Esta razão também não é tão valiosa como parece à primeira vista, pois que se as outras nações entram em competência com a França e alcançam pô-la fora dos mercados, não é só porque elas tenham progredido, é também porque a França neste século, cuja divisa em *progredior*, tem ficado estacionada em muitos ramos da produção em que fora sempre a primeira.

A Alemanha, depois de vencer a França nos campos de batalha, devido isto talvez à corrupção da época napoleônica, quer ainda vencê-la no campo da indústria, e do comércio, e até no das belas-artes, e não se tem limitado a desejá-lo, tem inundado os mercados com meradorias tão baratas, que a França não pode competir com ela; dizem os franceses e em parte com razão que os faz aceitar, e aceitação obtida tem animado o manufaturador alemão a cada vez melhorar seus artefatos, e assim vão excluindo dos centros consumidores os produtos de origem francesa.

Não é só a Alemanha que se tem apresentado em competência com a França; uma outra rival, não menos a recear, tem achado na América Inglesa, que em quase tudo quanto são produtos da lavoura e indústria agrícola se lhe avanta.

Os próprios artigos, chamados de Paris, já se não apresentam sós no mercado. Nas perfumarias, nas *pasamentarias*, os produtos alemães lhe fazem competência, e com a forma elegante, o bom arranjo, iludem metade dos compradores, já inclinados em favor pela modicidade do preço.

As músicas impressas são fornecidas iguais na impressão, e com grande vantagem de preço. As cartas de jogar são me-

lhores e mais baratas que as francesas. Os charutos e tabacos de Hamburgo inundam o mundo inteiro. Grande número de tecidos alemães começa a competir com os até preferidos, na relojoaria, a América ameaça levar de vencida os concorrentes europeus.

Nos artefatos de ferros, a Alemanha, pela barateza para os ferros ordinários; a Inglaterra e a América, para os ferros de qualidade mais fina, têm deixado a França muito distanciada.

E quem diria, que nas próprias obras de arte, a França, a rainha do bom gosto, a França, em que parecia existir incarnado o sentimento do belo, se veria obrigada a lutar seriamente, para manter o seu lugar? E aconteceria isso, porque o sentimento artístico do belo viesse de repente animar a Alemanha? De certo que não: a França é que deixou baixar o seu nível. Não sou eu quem o diz, são os seus escritores que o fazem notar os seus juízos sobre as exposições havidas.

Assim Sèvres, esse templo da arte francesa, nas suas mais delicadas manifestações, ainda há bem pouco tempo é que parece ter parado em sua decadência. A descoberta dessas *patés tendres*, que faziam o primor daqueles artefatos, as formas tão delicadas e tão puras, que cada dia pareciam embelezar-se mais, os desenhos variados para os ornatos, as cores tão finas e aprimoradas, tudo parecia abandonado, e os seus *ateliers* pareciam em copiar em aparelhos destinados às celebridades da época, os quadros notáveis das escolas de pintura.

Do que tenho dito é fácil deduzir o motivo porque a França tem sucessivamente encontrado maiores dificuldades no consumo de seus produtos; deixou que a Alemanha e a América Inglesa fizessem aceitar o que produziam, e o único remédio para obviar, isto é, trabalhar para que as suas mercadorias, os seus gêneros sejam melhores e mais baratos.

Não são as tentativas guerreiras feitas por Brazza e aconselhadas por Deloncle que mudarão este estado de coisas.

Se a sua população é densa, mais densa é ela na Prússia, em Saxe, na Inglaterra, na Holanda, e o que vemos acontecer ali é que quando já não encontram campos a cultivar ou indústrias para ocupar braços, emigram e vão onde da mãe pátria criar novos centros consumidores a ela ligados pela origem

e pelos costumes e afetos. Mas estas nações não apresentam *flamberge au vent* como conquistadoras. O vale do Amazonas é grande, é enorme; nele há lugar para 200 milhões de habitantes e apenas possui 700 mil, há lugar e riqueza para todos os que querem trabalhar; com os sacrifícios que tem feito pela emigração, bastante tem mostrado o Brasil quanto deseja a afluência de estrangeiros para o seu território.

Olhai para a Alemanha, que vendo o enorme aumento de sua população, e o bom resultado que estão obtendo as colônias alemãs do sul do Império, de acordo com o Brasil, anima para ali a emigração.

Olhai para a Bélgica, que conhecedores das riquezas da Amazônia, trata de organizar um sindicato com fundos consideráveis para explorar a navegação de seus inumeráveis rios, o estabelecimento de bancos, ou outras quaisquer indústrias. Fazei o mesmo.

Ao contrário de tudo isto, a França que, é preciso confessá-lo, fora das principais cidades, é de uma rara ignorância no que respeita à geografia comercial, parece ainda ignorar que o Amazonas e parte dos seus afluentes está aberto desde 1867, isto é, há 16 anos, a todas as nações do mundo. Parece que ignora que há 17 anos que para ali navegam duas linhas de vapores ingleses de alto bordo que partem de Liverpool; que há igual ou maior número de anos que para ali navega uma linha de vapores inglesas e americanas subvencionadas por aquela província para Liverpool e New York. Que há 33 anos é o Amazonas, que finalmente cerca de 200 vapores cortam as águas deste rio-mar.

Enquanto tudo isto é sabido pelas outras nações, o que faz a França? Dorme à sombra dos seus numerosos antigos louros, e consola-se dos recentes revezes falando da futura revanche, cuja mais segura base será decerto a riqueza e a prosperidade pública e não as aventuras, que lhe acarretaram a maquerença da Itália com a invasão da Tunísia, da Inglaterra com o Egito, de Portugal com os negócios do Congo, da América Inglesa com os de Madagáscar e finalmente uma guerra eminente com a China por causa de Tonkin.

Há 15 ou 20 anos que o Pará e o Amazonas são navegados por ingleses e americanos, há 30 anos que os mercados da Europa são fornecidos quase exclusivamente pelo Pará e o Amazonas com a borracha e o cacau, e em grande parte com a castanha (chamada de Maranhão), com couros verdes e secos, com guaraná, com grudes de peixes, com inúmeras madeiras, com salsa-parrilha, com marlim vegetal, com piaçaba, com quina, com tabaco, com urucu, e só agora se anima uma companhia francesa de navegação a mandar para ali os seus vapores! E só agora é que Mr. Deloncle quer despertar a França a suscitar uma questão na qual não pode deixar de ser malsucedida.

Terminei o último parágrafo dizendo que na questão suscitada pela França, sobre os territórios no Amazonas, não podia ela deixar de ser malsucedida, e assim é, sem que possa eu ser acusado de jactância ou mal cabido orgulho.

Será malsucedida, porque os franceses conhecem perfeitamente a questão e sabem que todas as vezes que a tem levantado, têm sido obrigados a recuar, pela força dos argumentos do Brasil, estribados nos documentos existentes não só nos arquivos portugueses, espanhóis e brasileiros, mas o que é mais, nos próprios arquivos franceses, cuja existência e valor foram bem estabelecidos pelo Sr. Joaquim Caetano da Silva, em sua obra monumental escrita sobre a questão.

Malsucedida, porque o Brasil não é o Congo ou Madagascar, mas uma nação organizada, que marcha em muitos assuntos a par das mais adiantadas; na qual muitas das suas instituições podem servir de modelo; cujos interesses se acham ligados aos de muitas nações importantes; e finalmente porque nestes assuntos não é somente a força quem dá a vitória, o direito está acima da força, e o Brasil não recearia o submeter a questão a qualquer arbitragem.

Malsucedida porque nós somos americanos, e de todo o americano, embora não súdito dos Estados Unidos, é conhecida e aceita a teoria de Monroe. A América Inglesa não poderá ver com bons olhos invasões em território americano, e da mesma maneira que no México a França teve de ceder aos desejos da América, também cederá nas margens do Amazonas, cujo domínio a sair do Brasil, de preferência seria para a Amé-

rica Inglesa com a qual temos mais estreitas relações do que com a França, e que nos asseguraria um futuro mais brilhante.

Malsucedida, finalmente, porque se é muito fácil bombardear cidades do litoral, e desembarcar alguns milhares de soldados para guarnecer alguma fortificação, é ao contrário muito difícil o conservar aquilo que tão facilmente se tomou.

Mas lancemos os olhos para o passado da França e vejamos se a podemos tomar como potência colonizadora.

A história a condena. O seu papel é outro não menos brilhante; outros são os fatos com que se enobrecem seus anais. Nenhuma nação se lhe avanteja nos feitos guerreiros. Os nomes dos seus heróis são tantos que impossível me seria o enumerá-los, as suas vitórias são tão numerosas, que já a memória humana as não pode conservar; nas ciências, nas letras, na política, quem pode chamar para lhe formar um auréola de glória, os nomes de Laplace, Cuvier, Voltaire, Lamartine, Victor Hugo, Mollère, Possuin, Verne, Thiers, Gambetta, têm larga partilha na parte brilhante da história do gênero humano, do qual com direito a França nos tempos modernos tem sido redentora: mas guerreira, navegadora, distinta nas artes e nas letras, falta-lhe o espírito colonizador.

Enquanto a Inglaterra e a Holanda aumentam, engrandecem e ilustram as suas colônias, transformando-as em fontes abundantes em benefício da metrópole, o que acontece às colônias francesas?

As suas possessões da Flórida, da Luziânia, do Canadá, do Novo Brunswick, da Nova Escócia, do Cabo Bretton, da Terra Nova, umas são cedidas à América Inglesa, outras à Inglaterra, já não lhe pertecem, e o que mais é, mudando de domínio, cresceram e saíram da apatia em que estavam sob o domínio da França.

Comparem-se as colônias francesas do Senegal, as ilhas da Reunião, as Antilhas Francesas, com o Canadá, Bombaim, Jamaica e Java, sob o domínio inglês e holandês, e teremos a medida da aptidão francesa, como potência colonizadora. Vamos mesmos às paragens de que me estou ocupando, à sua colônia de Caiena; progredia ela se não brilhantemente, ao menos pausadamente, quando a França em 1848, não compreendendo a

situação da sua colônia, de um só golpe, com uma só lei imprudente, a lançou na mais profunda decadência, da qual até hoje ainda não pôde erguer-se; e é pelos povos vizinhos de Caiena que querem que sejam tomadas a sérias as intensões colonizadoras da *Revue Politique* e do *Petit Journal* que apoiam o Sr. H. Deloncle!

Se da América passamos à Africa e Ásia, o critério histórico não lhe é mais favorável. Na Argélia, onde a França tem sacrificado tantos milhares de vidas, e gasto tantos milhões, o que se observa? Quem em 2.455.000 habitantes apenas existem 145 mil franceses e 113 mil estrangeiros, os demais são indígenas; e toda esta população apenas produz 350 milhões de francos por ano. Com uma superfície superior a 500.000 quilômetros quadrados, apenas cerca de 2 milhões de hectares estão cultivados, 2.300.000 hectares são ocupados por florestas.

Na Índia que foi sua mas, que nem sustentando os planos no bravo Dupleix, abandonou, conserva apenas cinco pequenos territórios com uma população de 260.000 habitantes, cuja capital é Pondichery, hoje decadente e apenas com 40.000 habitantes; isto enquanto a Índia Inglesa cresce e progride até o ponto de ver a renda pública elevar-se a 1,2 milhão de francos. O comércio exterior ascende a 3 milhares e é quase todo feito sob pavilhão inglês. O comércio estrangeiro na Índia alcançou a enorme cifra de libras esterlinas 107.319:499.

Não pode de certo a França, perante estas cifras tão eloquentes, sustentar as suas pretensões de potência colonizadora.

Nem mesmo com Portugal e Espanha podem sustentar o paralelo, pois esta lhe mostrará Cuba, e Portugal o Brasil, de que se orgulha, e que lhe é fonte de riqueza; o que pode mostrar a França?

Não me colheu a surpresa esta pretensão da França; ainda há pouco escrevendo sobre assuntos referentes à Amazônia, eu lhe falava na necessidade de fixar definitivamente os limites da Guiana Francesa, e de impedir que as autoridades francesas continuassem a vir exercer atos de domínio em território que o Brasil considera seu.

Ainda quando tive a honra de governar a Província do Pará, chamei para este assunto a atenção do governo.

Os negócios relativos à Amazônia, isto é, a parte do Brasil formada pelas duas províncias banhadas pelo rio Amazonas, começam a tomar importância na administração do Brasil, não só pela posição dela em relação ao resto do Império, e as muitas nações limítrofes, como pela consideração que sua opulência e progresso lhe estão dando entre as demais províncias do Império; e a abertura do Amazonas às nações estrangeiras foi um grande passo para este desenvolvimento, e ao mesmo tempo uma prova dada pelo Brasil às demais nações de que acompanhava em suas evoluções progressivas.

Imediatamente se apresentou a navegação estrangeira, o comércio desenvolveu-se, e promete ainda aumentar em larga escala se a linha férrea do Madeira-Mamoré, sendo terminada, nos puser em fácil contato com a Bolívia, fazendo que o comércio feito para os portos do oceano Pacífico deixe os procelosos mares do Cabo de Hornu, e do Estreito de Magalhães, pelas tranquilas águas do Amazonas.

Mas como bem disse em um dos seus patrióticos discursos no Parlamento brasileiro o Sr. Felício dos Santos, em tal assunto não tem cabimento o egoísmo, mais franco e leal for nossa política, tanto mais lucraremos.

Neste propósito são, posso dizê-lo, unânimes os jornais do Pará e Amazonas, tendo à sua frente o *Diário do Grão-Pará* que tem sido incassável na propaganda em favor das liberdades da Amazônia; o distinto deputado exprimiu em poucas frases o pensamento dos amazonienses; eu transcrevo em seguida um trecho do seu discurso:

“Nosso patriotismo deve ir além. É preciso desenvolver francamente o sistema iniciado pela abertura do Amazonas ao comércio de todos os povos. Marchemos resolutos em uma política liberal, americana e leal.

Liberal, considerando que os rios navegáveis pertencentes em seu curso a mais de uma nação devem ser igualmente utilizados pelos ribeirinhos; que, portanto, a navegação da parte inferior do curso dos afluentes do Amazonas deve ser permitida aos povos que habitam a parte superior com cláusula de reciprocidade.

Este é o estado da questão atualmente, à qual Mr. Deloncle parece querer abrir uma nova fase.

Vou responder em seguida a Mr. Deloncle sobre o termo Brest, que ele diz ser devido aos franceses que dominaram o Amazonas, e também ao seu argumento baseado nas variantes de Oypoc, Yapoc, Iapoc e Gapoc, que não quer que sejam o rio do Cabo de Orange.

Antes de tratar deste último ponto, direi duas palavras a Mr. Deloncle sobre o termo Brest, que ele quer atribuir aos franceses, também sobre a confusão do rio Vicente Pinçon e Oyapoc, que quer tornar diferentes sendo eles um só.

Diz Mr. Deloncle que quando Vicente Pinçon ancorou, já havia 12 anos estava este descoberto por um francês.

Que quando Orellana o desceu em 1542, já um francês o tinha explorado.

Que o nome Brest dado a um lugar o comprova.

Pelo longo e minucioso histórico que acabo de fazer, se vê a inexatidão destas asserções. A narração do padre Acuña e a do padre Gaspar Carbajal, companheiro de Orellana, em 1542, não fazem menção alguma de franceses.

A tradição que tanta memória conservou dos espanhóis ingleses e holandeses, nada guardou dos supostos exploradores franceses; nem mapas, nem descrições de viagens, nem memória tradicional se ocupam deles.

O nome mesmo de um só desses exploradores não é lembrado.

Mr. Deloncle parece até ignorar que o nome de rio das Amazonas só apareceu depois da viagem de Orellana.

Nem os mapas de Sebastião Cabot, piloto real de Espanha em 1544, nem o de Medina em 1545, nem o de André Homem em 1559 falam dos franceses ou indicam nome algum a eles atribuído. Porque este silêncio apenas interrompido em 1630 pela menção feita por João Laet do nome de Brest pela maneira que vamos ver.

Por que este silêncio? Porque depois de serem eles os descobridores e exploradores, os portugueses que, expeliram os ingleses e holandeses, não tiveram um só combate com os franceses até 1664.

A argumentação de Mr. Deloncle, segundo o extrato do *Pelit Journal*, reduz-se à afirmação de que o rio descoberto e batizado por Vicente Pinçon em 1500, e especialmente designado pelo Tratado de Utrecht, era o braço ocidental do Amazonas, hoje conhecido pelo nome de Canal de Bragança, e chamado pelos indígenas Tucuru ou Oirapoco, o que confundiu-se com Oyapoco, primeira forma de Iapoc. Afirmou mais que esta margem foi desde 1580 colonizada pelos franceses, que lá tinham fundado um lugar chamado Brest, que é um nome bretão.

É esta série de erros que eu procurarei destruir com o auxílio das obras de G. Caetano de Sousa, de Baena, e de alguns outros documentos e cartas.

Desde as primeiras descobertas destas regiões que o Oyapoc, isto é, o rio do Cabo de Orange, foi frequentado, notando-se que o espaço que vai desde a sua margem direita até o Amazonas, todo formado de terras baixas e paludosas, era por esta mesma circunstância abandonado, enquanto que a sua margem esquerda, alta e seca, era muito procurada; e não só por isto como também em virtude do grande número de índios que ali existiam e concorriam, tendo formado uma aldeia em sua embocadura; os estrangeiros de todas nações para ali se dirigiam, o que fazia que em 1613 um inglês conhecedor da Guiana, em um impresso que publicou, dissesse que este era o único ponto conveniente para os navios que demandavam esta costa.

Antes que houvessem rivalidades entre franceses e portugueses, a margem esquerda do Oyapoc, isto é, o território da Guiana, aquele que ninguém lhes contesta, tinha recebido colônias europeias, e primeiro que nenhuma das inglesas.

Desde 22 de maio de 1604, até 31 de maio de 1606, a margem esquerda do Oyapoc esteve em poder da colônia inglesa sob a direção de Carlos Leygh.

Uma segunda colônia inglesa, sob as ordens de Roberto Harcourt, ocupou a margem esquerda do Oyapoc desde 17 de maio de 1608 até o fim de agosto de 1611.

Como quer Mr. Deloncle que as margens do Amazonas desde 1580 fossem dos franceses, quando os documentos mostram que até 1611 ainda eles não tinham aparecido nem mesmo próximo à foz do Oyapoc, que era o ponto de reunião dos

navegadores, quando até a sua própria Guiana era senhoreada pelos ingleses?

Como quer Mr. Deloncle criar dúvidas sobre a denominação Oyapoc dada ao rio do Cabo de Orange, e à sua posição, quando por essas épocas haviam escritos publicados sobre aquelas localidades indicando-a como a mais própria para o comércio, e quando já ali tinham ido duas expedições, sem que haja escrito ou documento sobre expedição alguma francesa?

Vamos porém adiante.

Em 1625, quarenta e seis holandeses, fugindo aos golpes dos portugueses, abandonaram a região amazônica debaixo do comando de Petter de Bruyne, e se abrigaram de seus golpes na margem esquerda de Oyapoc.

Por que expelindo os holandeses, consentiriam os portugueses que os franceses se estabelecessem na região amazônica, como quer Mr. Deloncle?

A 5 de março de 1627 o contra-almirante Luficer ancora na foz do Oyapoc deixando uma colônia dirigida por João von Byen, e estabelecendo na margem esquerda um forte.

As publicações impressas nada deixaram ignorar sobre a existência e condições destas quatro colônias, se os franceses se julgassem com direitos de primeiros ocupantes, como durante este largo perdido de 1604 a 1627 nada intentaram para embaraçar o estabelecimento dos holandeses, como não fazem o mesmo que os portugueses, que desde qualquer ocupante queria situar-se em terras aquém do Cabo Orange, isto é, do rio Oyapoc para o sul, o expeliam mesmo pelas armas?

O que é que se encontra de fonte francesa nestas épocas? Nada que eu saiba, só de 1633 em diante é que a atenção da França é excitada, e só de 1664 em diante começa a querer estabelecer-se de uma maneira fixa.

É verdade que logo que as esplêndidas descobertas de Colombo e de Cabral começaram a chamar a atenção da Europa, os franceses tentaram em diferentes pontos do sul do Brasil, que era a parte mais conhecida, algumas agressões, e até mesmo a colonização em grande. Tinha construído um forte no Beberibe, e no meio daquele século (o 16) Villegaignon tinha ocupado durante quatro anos o Rio de Janeiro, dando aos ter-

ritórios que iam até o rio da Prata o nome de França Antártica, enquanto que só nos primeiros anos do século 17 eles tinham durante dois anos ocupado a baía do Maranhão e se lisonjeavam com a esperança de ocupar toda a margem setentrional do Amazonas com o nome de França Equinocial, mas debalde o pretenderam, pois durante mais de um século tiveram de retirar-se diante dos portugueses.

Depois do revez por eles experimentado a que acima me refiro, em que La Ravardière se vira obrigado a entregar o forte de S. Luís, que construía, aos portugueses Albuquerque e Moura, durante onze anos nada mais tentaram, e só passado este período é que vem estabelecer-se na Guiana.

Em 1605 o rei de França concede ao mesmo La Ravardière, de que já falei, cartas patentes dando-lhe a graduação de lugar-tenente do rei nas regiões da América, desde o rio Amazonas até a ilha da Trindade, mas depois desta concessão é que levado pelas narrações fabulosas de Des Vaux, desistindo delas, solicita outras que também lhe foram concedidas para fundar uma colônia ao sul da linha equinocial, estas cartas patentes foram datadas do 1.º de outubro de 1610, com a condição de não ocupar mais de 50 léguas de cada lado, a contar do primeiro forte que construísse.

Desilusionado mais uma vez, pede novamente cartas patentes para ocupar Guiana, que desprezara, e em 27 de maio de 1624 elas lhe são concedidas.

Parece que então o Sr. de La Ravardière devia procurar essa região amazônica, em que Cristóvão Colombo colocava o paraíso terrestre; não acontece assim, vai colocar-se nos territórios franceses da Guiana, em Sinamari, muito longe do Amazonas, e até mesmo a distância do Oyapoc, isto em 1626. A que deve attribuir-se isto? Quanto a mim, é porque as pretensões da França à margem setentrional do Amazonas não existiam, são elas mais modernas; a França sabia bem quais os seus limites e por isso não ultrapassava o rio Oyapoc, e não avançava a asserção que o Oyapoc era o mesmo que Yapoc ou Iapoc; e finalmente porque os portugueses, que os tinham deitado fora do Maranhão, os vigiavam.

De fato, 150 portugueses, comandados por Francisco Caldeira Castello Branco, em 1615, partiam do Maranhão, para se estabelecerem no Amazonas, e é ele quem lançou os alicerces para atual cidade de Santa Maria de Belém, capital do Pará. Logo em seguida, trata de bater os holandeses, situados no Amazonas, que tinham construído os fortes de Orange e Nassau no rio Xingu, e depois de 1616 lhe toma um outro em Gurupá. Pedro Teixeira, em pouco tempo, lhes fez conhecer o seu esforço, tomando-lhes um navio de guerra surto no Amazonas, com cuja artilheria guarneceu o forte do Pará.

Os ingleses também neste tempo (1620 e 1628) se estabeleciam no braço ocidental do Amazonas.

Em 1623, Bento Maciel Parente bate os holandeses em Gurupá levando-se de vencida até a costa da Guiana, onde eles se refugiaram nos estabelecimentos ingleses.

Em 1625, Pedro Teixeira toma os fortes holandeses do rio Xingu, e refugiando-se suas guarnições nos estabelecimentos ingleses, os portugueses atacaram uns e outros, matam os dois chefes e grande parte dos soldados, e trazem os restantes prisioneiros. Aqui acabou o domínio holandês.

Em 24 de outubro de 1629 tomam os portugueses o forte Taurege aos ingleses na embocadura do rio deste nome.

Em 1.º de março de 1631 Jacome Raymundo de Noronha toma-lhes o forte Felipe situado no continente guianês um pouco ao N. do precedente, e finalmente a 9 de julho de 1632 Feliciano Coelho de Carvalho toma a Roger Frey o seu último forte de Camaú, próximo ao local ocupado hoje pela fortaleza de Macapá.

De então em diante ambas as margens amazônicas pertenceram aos portugueses, tendo por mais próximos vizinhos na Guiana os franceses, mas estes, em vez de procurarem o Amazonas, tinham colocado os colonos que lhes tinham chegado em 1630 e 1633, seis léguas acima do Sinamari nas margens do Conamana.

É nesta última data que, para o cardeal de Richelieu, é criado o lugar de grão-mestre, chefe e superintendente da navegação e comércio da França, e aquele ministro inaugura em 27 de junho de 1633 uma companhia para explorar estas regi-

ões sob a direção de Robin e Bosée, é neste documento que o criou, pela primeira vez foi a Guiana designada com o nome de terras do Cabo do Norte, mas isto era uma maneira então usada, assim vemos chamar o arquipélago de Cabo Verde, somente e todo ele com o nome de Cabo Verde. Assim vimos muitas vezes os escritos daquela época designar todo o Brasil com o nome de Cabo de Santo Agostinho. Este uso porém não era peculiar aos portugueses e espanhóis, também era dos franceses como prova o seguinte: Bretigny e Royville nos infelizes ensaios de colonização feitos em 1643 e 1652 nunca chegaram a terras ao sul de Caiena, que ainda é muito distante do Cabo do Norte, entretanto quando falam dessas suas expedições, dão a todo o país o nome de Cabo do Norte, pela mesma forma se exprimem Boyer, Daigremonte e Biet.

A seguinte passagem, como bem reflete o Sr. J. C. de Sousa, extraída da *Relação da Guiana*, impressa em Paris em 1674, mostra a veracidade daquela asserção. A Guiana é um grande país na terra firme da América, o qual se estende em latitude desde a linha equinocial até ao décimo grau do lado do polo ártico, e em longitude desde o rio das Amazonas até o do Orenoco... Nossos navegadores franceses dão por costume a Guiana o nome de Cabo do Norte porque é ele o mais notável de todos os desta costa.

Fica assim provado que até 1633 as possessões e concessões francesas pelo lado meridional estendiam-se somente até o Oyapoc ou rio do Cabo de Orange.

Em 1634 estabelecem-se os franceses em Caiena.

Em 1635, em virtude da guerra declarada entre a França e a Espanha, então possuidora do Brasil, esta temendo as invasões pelo lado da Guiana, cria uma capitania, que é dada ao mais valente dos defensores de seus direitos, Bento Maciel Parente, e assim responde à criação da companhia de Cabo do Norte feito por Richelieu em tempo de paz (1626) e para territórios que eram espanhóis.

Para salvaguardar a posição da Guiana contígua ao Amazonas de qualquer invasão, incorpora esta parte dos seus domínios ao Brasil seguro de nela ter bons defensores.

A nova capitania compreendia a parte da Guiana que a França dizia sua, e ia desde a embocadura do Paru na margem setentrional do Amazonas até o Oyapoc, geralmente conhecido pelos portugueses e espanhóis com o nome de rio do Vicente Pinçon.

Logo que se achou instalado no governo geral do Maranhão, que também lhe fora concedido e do qual era dependente a sua capitania, Bento Maciel estabeleceu um forte em Almeirim que, em 1639, o padre Acuña achou guarnecido e artilhado.

Fez notar o Sr. J. C. de Sousa que, enquanto grande parte das possessões portuguesas tinham sido diminuídas durante o domínio espanhol, o Brasil ganhara muito com a união das duas coroas, com acréscimo de seu território.

Em 1645 era o rio Negro navegado pelos portugueses.

Em 1654 subiam os portugueses o rio Jari.

Em 1660 o bravo brasileiro Favella, cujo nome já tanto se ilustra, levanta uma fortificação nas margens do Araguari, e é ao abrigo dela que os religiosos portugueses iam anualmente catequizar os índios desta parte da Guiana a que os franceses de hoje querem chamar sua.

Paro aqui, e nas seguintes linhas procurarei, resumindo o que tão bem expende o Sr. J. Caetano principalmente, Baena e outros, dar uma ideia do que se passava na Guiana Francesa.

Durante as mesmas épocas, a Guiana Francesa via a Companhia do Cabo do Norte, criada em 1633, fenecer; os holandeses conquistam o território e a seu turno são dele expelidos pelos índios.

A segunda Companhia do Cabo do Norte, autorizada em 26 de maio de 1640, e organizada por Jacob Bontemps, com privilégio desde o Amazonas até o Orenoco, compreendendo ambos estes rios, também é malograda.

Nova companhia criada em 1651, com o nome de Companhia da França Equinocial, também não vingou, morrendo em menos de dois anos os 800 franceses chegados. Esta decadência faz com que os holandeses mais uma vez ainda se assenhorem em Caiena, em 1655 nenhum francês se mostrava na Guiana. É então que Luiz XIV nomeia o duque d'Ampville vice-rei da

América, do Amazonas ao Orenoco, não obstante os holandeses ainda ali persistirem nove anos, sendo repelidos e lançados fora somente em 1664 por Le Febvre de La Barre, que se achava à testa de uma nova Companhia da França Equinocial, com os mesmos limites, o Amazonas e o Orenoco; antes, porém, mesmo de saber se ela daria bom ou mau resultado, Luiz XIV a dissolve, assim como as outras companhias parciais então existentes, fundindo-as por édito de 28 de março de 1664 em uma só Companhia das Índias Orientais com as mesmas concessões.

Esta conserva os mesmos poderes a Mr. de La Barre, e voltando este à Europa no fim de treze meses de permanências na Guiana, publica uma obra sobre este país em data de 1655. Como quer agora o Sr. Deloncle.

Este governador, francês, no seu escrito, sem lhe importar nem as cartas patentes, nem o seu próprio título tão pomposo, reconhece que os verdadeiros limites da Guiana Francesa são os que lhe marcara o cardeal de Richelieu, o Moroni e o Oyapoc.

Eis suas palavras – A Guiana Francesa, propriamente França Equinocial, que compreende cerca de 80 léguas francesas, começa do Cabo de Orange, que é uma ponta de terra baixa que entra pelo mar, a qual se reconhece por três pequenas montanhas que se avistam por cima dela e que estão além do rio Oyapoc, que se lança no mar junto a este cabo – e mais adiante – pode-se no rio Maroni colocar o limite da Guiana Francesa.

Pelo que respeita aos portugueses, diz ele – habitam o forte do Stierro,¹ colocado no lado norte do rio Amazonas – de La Barre dá como limites dos domínios portugueses a ponta de Macapá, e chama Guiana Índia, Guiana independente, as terras compreendidas entre esta ponta de Macapá e o Cabo Orange, e de acordo com isso ocupa a Montagne d'Argent, na ponta ocidental da baía de Oyapoc, mas não a transpõe.

Em 1667 ainda mais uma vez a Guiana passa para o poder dos ingleses e é reavida pelos franceses em 1674. É nesta época que os padres franceses Grillet e Bechamel, ambos missioná-

1 Stierro, por Desterro, nome que os portugueses tinham dado ao forte que haviam construído em Almerim, na boca do rio Paru.

rios, limitam suas excursões ao Camopi, afluente do Oyapoc, não ultrapassando os limites do seu território.

Em fins do ano de 1674 é novamente a Guiana Francesa ocupada pelos holandeses, e, lembrados do seu antigo domínio, estabelecem fortificações no mesmo lugar em que outrora as levantara Luficer, e lhe dão nome de Statd Orange.

Os portugueses, como vemos, tinham sempre mantido a sua posse amazônica, não só na parte superior no Napo, na margem esquerda, como no rio Negro; construindo um forte havia 39 anos no Paru, outro havia 17 no Araguari, na parte amazônica da Guiana, e tinham afirmado ininterruptamente os seus direitos até a margem direita do Oyapoc.

Stierro,¹ por Desterro, nome que os portugueses tinham dado ao forte que haviam construído em Almeirim, na boca do rio Paru.

Os franceses tinham manifestado as suas pretensões apenas no papel; de fato nunca tinham pisado a margem oriental de Oyapoc.

Durante dez anos, de 1654 a 1664, nada tinham possuído na Guiana.

Uma segunda vez, durante dois meses de 1667, nada possuíram.

Uma terceira vez, durante mais de dois anos, de 1674 a 1676, ainda o mesmo acontecera.

Finalmente, ao contrário do que era de esperar, se nas suas pretensões houvesse justiça, um governador francês da própria colônia tinha pela imprensa desmentido essas exageradas pretensões da França.

Como vem agora Mr. Deloncle afirmar a prioridade de posse franceses, não só na Guiana Francesa, com o que nada temos a ver, como até dos terrenos em que nunca tinham posto o pé e de que sempre fomos senhores?

Cite os documentos que asseguram seus assertos, se quer ser crido.

Tenho sido minucioso e prolixo até agora, pois tinha por fim incalidar a primeira asserção de Mr. Deloncle sobre a prioridade de posse, da última data que citei em diante, serei mais breve e para isso lançarei mão do resumo, que tratando deste

assunto apresentou o *Diário do Grão-Pará* em 29 de junho último, que me parece baseado nos escritos de Baena, para depois de 1836 ir buscar o que me constar sobre o estado da questão até a última negociação havida e últimas publicações feitas.

Terminarei por algumas considerações sobre a confusão feita entre os dois nomes índios Oyapoc e Iapoc, e o nome de Brest dado, segundo Deloncle, a um lugar do Amazonas pelos sonhados navegadores franceses antes de 1674.

Eis o que diz o *Diário do Grão-Pará*:

– Os missionários que catequizavam os índios na margem esquerda do Amazonas, e em 1685 o general Gomes Freire de Andrade, upuseram-se às razias de índios como escravos no Cabo do Norte, à sombra da paz; escrevendo o último nesse sentido uma carta a Mr. de Saint Mart, governador de Caiena, e pedindo ainda que tolhesse as invasões no território da antiga capitania, compreendida entre os rios Vicente Pinçon e Amazonas.

Sabendo o marquês de Ferroles, governador de Caiena, que no ano de 1688 fora edificada a fortaleza de Macapá, escreveu ao general Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, intimando-lhe que as possessões de uma e outra potência eram balizadas pelo Amazonas e que toda a margem do Norte deste rio pertencia à monarquia francesa.

A isto seguiu-se uma invasão, e em maio de 1697 apoderaram-se os franceses do forte de Macapá, de onde foram expulsos por Francisco de Sousa Fundão.

Deste acontecimento resultou o tratado provisional de 4 de maio de 1700, em que os franceses prometeram conter suas pretensões sobre o território do Cabo do Norte, exigindo a demolição dos fortes da margem esquerda do Amazonas, ficando sob decisão do congresso de Utrecht a questão de limites.

Neste congresso os plenipotenciários portugueses obtiveram definitivamente a posse das terras do Cabo do Norte, demarcadas pelo rio Oyapoc, e garantida da execução do convênio pela rainha da Grã-Bretanha, como foi estipulado nos artigos 8.º e 16.º do tratado concluído a 11 de abril de 1713, designando-se no artigo 8.º os rios Oyapoc ou Vicente Pinçon, a fim de evitar qualquer incerteza.

Depois deste tratado, em 1720, fizeram os franceses nova tentativa, propondo ao general Bernardo Pereira de Berredo comunicação comercial recíproca e compra de índios, proposta que foi repelida, aprovando a repulsa a carta régia de 3 de janeiro de 1721.

Apesar da repulsa do general Berredo, continuaram os franceses a internar-se nas terras do Cabo do Norte e a ter comunicação com os índios Aruãs, que incitaram contra os portugueses até conseguirem que em 1723 atacassem a aldeia Moribira, na ilha das Guaribas, na baía do Sol, quantro léguas distantes de Colares.

Isto obrigou o general João de Maia da Gama a mandar contra os Aruãs o capitão João Paes do Amaral, que os combateu e aprisionou, mandando depois missionário que catequizessem aqueles índios.

Em consequência, teve ordem do grupo português para exercer a maior vigilância sobre toda a costa setentrional, até o Cabo do Norte, no intuito de manter posse segundo o Tratado de Utrecht, estabelecendo presídios no Cabo do Norte e mantendo expedições que observassem todo o littoral até o Oyapoc.

Por causa de diversas apreensões de aventureiros franceses na ilha Caviana, deliberou a corte portuguesa mandar construir a praça de S. José do Macapá, em sítio diverso da antiga fortaleza, o que teve lugar em 1764, no ponto que se julgou mais conveniente, para servir de abrigo a qualquer agressão, e centro de operações do corpo de tropas, destinado a defender a parte setentrional da embocadura do Amazonas.

Em consequência do grande acontecimento político, que revolucionou toda a Europa, no fim do passado século, o governador d. Francisco de Sousa Coutinho tomou todo o interesse nas relações dos franceses no território em questão, e ativou ainda mais a polícia de toda a costa. Colocou um destacamento na foz do rio Araguari e Sucuriju, mandou construir um reduto na ilha de Bragança, a fim de impedir o reconhecimento do canal; e levantar a carta topográfica da margem setentrional do Amazonas, desde a foz do rio Negro até a do Cassipure, compreendendo 376 léguas de extensão.

Além destas providências, que atestam de modo evidente que nunca abandonaram os portugueses o seu direito às terras do norte do Amazonas, a posse ficou bem firmada pelo fato de estabelecer-se um destacamento na margem direita do Oyapoc, em 8 de dezembro de 1794, com o fim de exigir a entrega dos homens livres e escravos que entre os franceses se achavam homisiados.

As invasões continuaram, todavia, até que o governador José Narciso de Magalhães de Menezes, quando a família real se transportava para o Brasil, em virtude da invasão do exército francês nos domínios portugueses, e manifesto de 1.º de outubro de 1808, protestou contra esse procedimento e fez marchar tropas para a margem meridional do rio Vicente Pinçon ou Oyapoc, para manter aquele limite de termos de Tratado de Utrecht com toda a energia.

De novo, em 15 de novembro do mesmo ano, significou o mesmo governador que, além da manutenção do território, cuja posse era inquestionável, e recuperação do território separado para Caiena no congresso de Ameniens, ia empreender a conquista de Caiena e sua capital, como legítima represália dos feitos dos franceses em Portugal.

O maior sucesso coroou o plano do governador, tanto do restabelecimento da raia primordial, onde a 12 de dezembro de 1808 o comandante de Oyapoc e seus habitantes, perante o tenente-coronel Manuel Marques, comandante da vanguarda da divisão, do capitão de mar e guerra da armada inglesa James Lucas Yeo, e de toda a tropa, juraram aos Santos Evangelhos, nas mãos do padre Boaventura Lopes, observar dali em diante fidelidade, submissão e obediência ao príncipe regente de Portugal, como na conquista de Caiena, que se rendeu por capitulação proposta e assinada nos postos avançados de Bourda, a 12 de janeiro de 1809, por Victor Hugues, comandante em chefe de Caiena e Guiana Francesa.

Depois de cinco anos de posse dos territórios de Caiena, os plenipotenciários da Santa Aliança e franceses, reunidos em Paris, celebrando a 30 de maio de 1814 o Tratado da Paz Geral, no artigo 10.º fizeram cessão da Guiana Francesa ao seu antigo possuidor, sem expressar no mesmo tratado compensação

alguma equivalente, e sem admitir-se a tomar parte na deliberação o plenipotenciário de Portugal.

O Gabinete do Rio de Janeiro ordenou ao seu representante que protestasse contra o artigo que importava a cessão de uma colônia legitimamente conquistada pelas armas portuguesas; em aviso de 25 de agosto de 1814, ordenou ao governador militar de Caiena que não entregasse a colônia a quaisquer representante de França ou Inglaterra, e que, no caso de ser forçado por movimento contrário dos habitantes, evitasse efusão de sangue, fazendo todavia os mais solenes protestos.

Em virtude das convenções firmadas no Tratado de Viena em 9 de junho de 1815, artigo 105.º, expediu-se a carta régia de 5 de setembro de 1816 ao brigadeiro Manuel Marques, governador militar de Caiena, dando-lhe ordem para entregar a colônia, com toda a formalidade do estilo, aos comissários franceses, cumprindo assim o soberano português a promessa feita a Luiz XVIII.

Na restituição da colônia, efetuada solenemente em novembro de 1817, ficou bem firmada, na convenção de Paris de 20 de agosto do mesmo ano, artigo 1.º, a entrega, dentro de três meses, da Guiana Francesa até o rio Oyapoc, cuja foz declarava-se ficar entre o 4º e o 5º de latitude Norte até 322º de longitude de Este da ilha de Ferro, pelo paralelo Norte de 2º 4' de latitude Norte. O artigo 2.º dispunha de que ambas as potências enviassem comissários para traçar os limites das Guianas francesa e portuguesa, no sentido restrito do artigo 8.º do Tratado de Utrecht, e estipulações do ato final do Congresso de Viena, e se no prazo de um ano não estivessem de acordo, os comissários procederiam amigavelmente a um outro ajuste sob a mediação da Inglaterra.

As duas potências, porém, não cuidaram mais em enviar comissários para traçar a linha divisória desde a foz do Oyapoc até a extremidade oriental da cordilheira do rio Branco, prevenindo assim toda a futura contestação.

A indiferença dos governos deixou os negócios nesse pé até 1836, quando, sob o pretexto de livrar a colônia dos rebeldes do Pará, vieram os franceses de Caiena estabelecer uma fortificação ao sul do rio Maiacaré, a 44 léguas, mais ou menos,

distante da foz do Oyapoc, como participou o major Francisco de Sequeira Monteiro e Mello ao presidente José de Sousa Soares de Andréa, mencionando que os franceses ali recebiam como especial agrado os escravos e os rebeldes.

Só em 18 de outubro de 1836 protestou Andréa contra a insólita ocupação do território, e só o fez provocado por uma carta de Laurent de Choisy, governador de Caiena, em que lhe declarava haver tomado posse dos limites meridionais da Guiana, segundo o Tratado de Amiens.

Tendo historiado as pretensões francesas no Amazonas até ao ano de 1836, em que o governador de Caiena, Laurens de Choisy, oficiou ao presidente do Pará, dizendo que tomara conta dos limites da Guiana pelo lado sul, de conformidade com o Tratado de Amiens, e segundo as ordens que recebera do seu governo.

De fato, este lhe ordenara que se fixasse no Araouary (Araguari), ou para melhorar dizer no Amazonas; disto dá minuciosa notícia a narração do barão de Walkemaer, parente do governador, na qual enumera os motivos porque para o posto militar, então colocado, se escolhera um lugar junto a Mapá (Amapá, segundos os brasileiros), em uma ilha de cinco léguas de circunferência e não de Carapoporis, nem no Araguari, nem no Amazonas, conforme desejava o governador.

O posto estava fixado a 2° 5' de latitude N., e ficou 20 léguas francesas ao N. do rio Araguari, mas ficava 58 léguas ao S. do Oyapoc, e não neste rio, como em ofício ao enviado do Brasil afirmava Mr. de Broglie.

É nesta época (setembro de 1837) que tomou conta da regência do Império dos três ministros de Estrangeiros, Cândido Baptista de Oliveira, Maciel Monteiro e Caetano M. Lopes Gama, se ocupou seriamente deste assunto.

Em janeiro de 1838, o nosso ministro em França, Moutinho, exigiu do governador francês a retirada do posto militar ao S. do Oyapoc, visto ter terminado a revolta do Pará.

Teve em resposta que o momento não era oportuno para tratar de tal assunto; o governo brasileiro, porém, resolveu tratar a fundo da questão, nomeou um novo ministro, M. J. de Araújo Ribeiro, e renovou as negociações em maio de 1838,

exigindo a retirada do posto militar, ficando tudo no estado em que se achava antes da sua colocação, até que fosse terminada a questão de limites.

Mr. de Molé pediu uma exposição detalhada da questão, a qual lhe foi presente.

Mr. de Molé respondeu dando a entender que, segundo a sua opinião, as pretensões deveriam ter ido mais longe, e que não desejava entrar na questão; e de fato, duas notas do diplomata brasileiro ficaram sem resposta.

Tendo sido o conde Molé substituído pelo marechal Soult, este respondeu a uma nota do nosso ministro, dizendo que a retirada do posto era apenas um acessório da questão principal, a dos limites, pois que estabelecendo os dois postos militares do Mapá e Araguari, o governo francês estava convencido de seus direitos aquele território.

Isto dava-se não obstante a nossa pretensão ser apoiada pela Inglaterra.

Debalde tínhamos esgotado os recursos diplomáticos; a nação, porém, não se resignou a esta prepotência, e pondo de parte as nossas questões intestinas, de todos os pontos do Brasil rebentou um protresto violento contra este atentado de lesa-nação.

Apareceu o jornal da Liga Americana pregando que nada se comprasse de proveniência francesa, e este jornal era autorizado pelos nomes prestimosos de Odorico Mendes e Aureliano. Mudaram então as cenas, e é o marechal Soult quem pede ao nosso ministro uma conferência; isto era devido a uma representação dos negociantes franceses pedindo ao governo da França que atendesse aos clamores do Brasil.

No Rio, o embaixador francês pede uma conferência ao ministro de Estrangeiros, Lopes Gama, propondo nela que os postos franceses fossem retirados quando se achassem nos lugares em questão os comissários demarcadores, de conformidade com a convenção de 1817.

Lopes Gama respondeu que, sem repelir este ou outro qualquer meio conciliatório, que o ministro lembrasse ao seu governo, não se prestava contudo a apoiar este sem que se rea-

lizasse a retirada dos postos como ato preliminar de qualquer discussão.

O governo francês aprovou o expediente lembrado pelo seu diplomata, e em 4 de fevereiro era abandonado o posto de Mapá, sendo decidido em conselho de ministros que disto se desse conhecimento ao governo do Brasil, o que foi feito por Mr. de Rouen.

A esta comunicação respondeu Lopes Gomes que a nota só falava de um posto, quando o marechal Soult falara em dois, e o presidente do Pará falava de um outro, ao sul, próximo ao Oyapoc, mas que, acreditando nas intensões do governo, ia nomear comissários. A 27 de junho oficiava Lopes Gomes ao nosso plenipotenciário Araújo Ribeiro: – Pode V. Ex.^a estar certo que pela nossa parte não se procederá à demarcação sem prévia evacuação dos postos militares colocados pela França. – Antes, porém, da chegada desta nota, era evacuado o posto de Mapá a 10 de junho de 1840.

Ficava, porém, um protesto francês em território confiado ao Brasil por ato de 1815 e convenção de 1817; este era o forte Mallouet, construído recentemente na margem direita do Oyapoc.

Este era o estado da questão em 1840, época em que tomou conta do governo S. M. o Imperador, o Sr. D. Pedro II.

Os comissários franceses não foram nomeados, ao passo que os brasileiros o tinham sido. Em 5 de julho de 1841 Mr. Guizot, em uma nota dirigida ao ministro francês no Rio, fazendo sentir as boas disposições do governo francês, como o mostrava a evacuação do posto, antes da reunião dos comissários, ponderava que seria inútil o enviar estes, pois que não se tratava de colocar um limite já decidido e convencionado que devesse separar os dois países, mas sim da interpretação a dar ao Tratado de Utrecht na parte em que tratava desse limite, e só depois de fixada ela, é que poderiam ter lugar os trabalhos de limitação. Que seria, pois, conveniente que o governo brasileiro, dando instruções e poderes ao seu ministro, este com o governo francês fixassem a interpretação segundo a qual depois trabalhassem.

O governo brasileiro concordou com este sensato alvitre. O Sr. Araújo Ribeiro nomeado nosso ministro plenipotenciário, dois diplomatas franceses nomeados recusaram a nomeação.

Mr. Deffaudis, nomeado em 19 de abril de 1842 até março de 1843, não se ocupou seriamente da questão.

O Sr. barão de Rouen, então nomeado, limitou-se a declarar ao nosso plenipotenciário que o Oyapoc ou Vicente Piçon, designado no Tratado de Utrecht, não estava devidamente marcado, e o que se devia era somente atender ao sentido do mesmo tratado, que era que o Amazonas fosse somente brasileiro, e para isto bastava que o território brasileiro chegasse até o Araguari; mas apartado pelas razões apresentadas pelo Sr. Araújo Ribeiro, que lhe mostrava que o próprio governo francês, em 1797, declarara solenemente que o Vicente Piçon do Tratado era o Carsevenne, só voltou à questão em 1844 para declarar que o governo lhe retirara os seus poderes.

Em maio de 1846, não obstante não haver negociador nomeado, declarava Mr. Guizot ao parlamento que as negociações proseguiam.

Em 1848 cai Luiz Filipe do trono.

Em 1849, tendo o governo brasileiro dado anistia aos brasileiros residentes no Amapá que dela precisassem, com a condição de continuarem a viver lá, e tendo isto coincido com alguns trabalhos feitos no arsenal do Pará, receoso o governo de Caiena, de uma expedição, fez estacionar um navio de guerra na boca do Mapá, e isto deu lugar a uma correspondência tão firme como cortez para ambos os lados, entre o presidente do Pará, J. Francisco Coelho, e o governador de Caiena, que afirmava que o sentido da comunicação de Mr. Guizot era de considerar o Araguari como limite.

Em 24 de agosto novas reclamações são feitas pelo nosso encarregado José Maria do Amaral, o navio é retirado e é recomendado ao governador que respeite o *status quo* e que prepare um trabalho minucioso sobre a questão do Oyapoc. Foi disto encarregado Mr. de Saint Quantin, e pela primeira vez esta questão foi tratada a fundo; para não me tornar prolixo,

não reproduzirei a discussão havida sobre este trabalho, salvo a se a isso forçado por Mr. Deloncle.

Em 18 de junho de 1853 o governo francês declarou de-sejar continuar as negociações, acedendo o governo brasileiro e nomeando para seu negociador o Sr. Paulinho José Soares de Sousa, visconde do Uruguai, em Paris. O plenipotenciário francês foi o barão Ilis de Buttenval. As 15 conferências havidas duraram desde 30 de agosto de 1855 a 1.º de julho de 1856.

O plenipotenciário brasileiro, tendo-lhe declarado Mr. de Buttenval que nunca tomaria por base o Oyapoc para chegar a um acordo, lhe propos como limite a linha de terras altas que serve à divisão das águas entre Oyapoc e Cassipoure, ficando ambas as margens do Oyapoc para a França, não sendo aceita esta combinação, propos que o limite fosse o rio Cassipoure.

Não foi ainda aceita, e o plenipotenciário francês apresentou a contraproposta de ser fixado o limite no ramo N. do Araguari.

Não aceita como oposta ao Tratado de Utrecht, resolvendo o plenipotenciário francês, antes de uma última conferência, levar o assunto ao conhecimento do imperador Napoleão III.

Na seguinte conferência declara Mr. de Buttenval que só podia admittir como limite o rio Carapaporis ou ramo N. do Araguari.

O Sr. Paulino declara que em vista das últimas conferências, tendo pedido novas instruções ao governo do Brasil, não podia tomar sobre si a resolução desta nova proposta.

Novas conferências têm lugar até 27 de março de 1856, em que o negociador francês propos que no caso de o ramo N. de Araguari estar obstruído, o primeiro curso de águas acima deste para o N. fosse o limite entre as duas nações.

A seu turno o plenipotenciário brasileiro declarou que a última concessão que podia fazer era propôr como limite o rio Calsoène e assim não se julgava autorizado a aceitar a proposta do seu colega e nem mesmo a discuti-la; mas não a querendo repelir, pois que também não o deveria fazer, limitava-se a consigná-la no protocolo, e assim seria levada ao conhecimento do seu governo, considerando a presente negociação como terminada.

Este é o estado da questão atualmente, à qual Mr. Deloncle parece querer abrir uma nova fase.

Vou responder em seguida a Mr. Deloncle sobre o termo Brest, que ele diz ser devido aos franceses que dominaram o Amazonas, e também ao seu argumento baseado nas variantes de Oypoc, Yapoc, Iapoc e Gapoc, que não quer que sejam o rio do Cabo de Orange.

Antes de tratar deste último ponto, direi duas palavras a Mr. Deloncle sobre o termo Brest, que ele quer atribuir aos franceses, também sobre a confusão do rio Vicente Pinçon e Oyapoc, que quer tornar diferentes sendo eles um só.

Diz Mr. Deloncle que quando Vicente Pinçon ancorou, já havia 12 anos estava este descoberto por um francês.

Que quando Orellana o desceu em 1542, já um francês o tinha explorado.

Que o nome Brest dado a um lugar o comprova.

Pelo longo e minucioso histórico que acabo de fazer, se vê a inexatidão destas asserções. A narração do padre Acuña e a do padre Gaspar Carbajal, companheiro de Orellana, em 1542, não fazem menção alguma de franceses.

A tradição que tanta memória conservou dos espanhóis ingleses e holandeses, nada guardou dos supostos exploradores franceses; nem mapas, nem descrições de viagens, nem memória tradicional se ocupam deles.

O nome mesmo de um só desses exploradores não é lembrado.

Mr. Deloncle parece até ignorar que o nome de rio das Amazonas só apareceu depois da viagem de Orellana.

Nem os mapas de Sebastião Cabot, piloto real de Espanha em 1544, nem o de Medina em 1545, nem o de André Homem em 1559 falam dos franceses ou indicam nome algum a eles atribuído. Porque este silêncio apenas interrompido em 1630 pela menção feita por João Laet do nome de Brest pela maneira que vamos ver.

Por que este silêncio? Porque depois de serem eles os descobridores e exploradores, os portugueses que, expeliram os ingleses e holandeses, não tiveram um só combate com os franceses até 1664.

Como prova robusta alega Mr. Deloncle a existência de um lugar com o nome de Brest, nome de que apenas algumas cartas de outrora dão notícia, não concordando se é aplicável a um rio ou uma ilha, e do qual na atualidade nem memória há.

Ora, vejamos quanto vale o tal Brest. No seu texto latino de 1633, João de Laet acrescentou a passagem seguinte à descrição que fizera do ramo guianês do Amazonas em 1625 e 1630, a qual foi traduzida em francês pela seguinte forma em 1640: Plus outre à la coste de lacontiente... est Callepoke, etc. peu après uns Isle laquelle est ceint d'une rivière qui descend dans la grande de deuerst l'Ouest, etc. est apellée Brest; etc. um peu plus outre le torrent de Taurege, sur laquelle est situe andans de la terre ferme le village Taurege; suit apres le même rive la rivière d'Okiri.

Mas nem em 1633, nem em 1640, assim como também em 1625 e 1630 em mapa algum João de Laet inscreveu o nome de Brest.

No seu mapa Guiana apenas indica os rios Callepoca, Mellepoca, Taurege e Ocquiari, o primeiro sob a linha, o último a 30' sul.

A primeira vez que aparece este nome em mapa é em 1654, no mapa de Pedro du Val d'Abbeville, geógrafo do rei, impresso em Paris.

Lendo no texto de João de Laet, que Brest se acha entre os rios Callepoca e Taurege, e vendo um rio Mallepoca, de que o texto não falava, escreveu no seu mapa Brest R. ou Mallepoca. Eis como apareceu no mundo o tal Brest.

Nicolar Sansão d'Abbeville, no seu mapa Guiana e Caribana, repete o mesmo figurando próximo ao equador um grande rio correndo de oeste a este, no continente guianês, com o nome Mallepoca Rio als (aliás) Brest.

Em 1629, o terceiro Abbeville repete a indicação de seu pai.

Mr. de Saint Quentin, no seu trabalho referindo-se ao mapa deste último, também fala no afluente importante do Amazonas chamado rio de Brest, mas não tendo conhecimento do livro de João de Laet, ele pergunta se este rio não seria o Jari, enquanto o que João de Laet diz bem claramente que Brest

é ao N. do rio Caiari, que fica ao norte do Jari, situado a 1° 14' sul.

Mr. d'Avezac, pensando que Brest é o Anairapucu, de d'Abbeville, julga não ser ele o nome de um rio, mas sim de uma ilha.

Ilha ou rio julgam-no uma recordação da Bretanha, mas esqueceu-se de que o capítulo de João de Laet, em que se fala de Brest, tem o título: "Descrição do grande rio das Amazonas", segundo as observações dos ingleses e dos belgas, nem menção faz dos franceses e note-se que escrevendo João de Laet em 1633, quando os ingleses tinham estado senhores da Guiana até 1632 e que estes é quem lhe davam notícia de Brest, que ele em 1630 ainda o ignorava quando escrevera suas primeiras edições.

Tendo sido tão recentes as tais supostas explorações francesas, como em uma outra minuciosa acontece que João de Laet nelas nem uma só vez toca.

Diz Deloncle que o nome de Brest é francês, vejamos o que nos diz a filologia. Compulsando os dicionários ingleses, vemos que Brest era antiga ortografia de Breast, ortografia que ainda hoje persiste em certo sentido no vocábulo.

O nome inglês Brest como hoje Breast tanto no sentido próprio como no figurado significa seio.

Atendendo, pois, à época em que tais mapas foram organizados, mais se deve atribuir aquele nome aos ingleses do que aos franceses.

Ainda mais aos ingleses foi devido o nome de Brest dado ao melhor ancoradouro de França; e tanto assim é que no mapa do porto e cidade de Brest, publicado em 1855 por M. Magado, vê-se que o rio que divide a cidade tem o nome Ponfield perfeitamente inglês (campo fechado).

O texto de João de Laet diz – Une Isle laquelle est ceinte d'une rivière qui descend dans la grande de deuerst l'Ouest. & est apellée Brest.

Os três geógrafos Abbeville aplicaram a última frase à rivière, M. d'Avezac o aplicou à ilha.

O primeiro sentido parece mais lógico, mesmo porque os geógrafos franceses, espanhóis e portugueses davam uma

grande amplitude ao termo rio chamado assim até canais e pequenos ramos de rios.

O mesmo João de Laet na obra citada o faz.

Mas mesmo admitindo que Brest é aplicável a uma ilha, vê-se que o motivo porque ela devia chamar a atenção dos ingleses e merecer-lhe o nome distintivo de Brest, era a sua posição, pois que o magnífico ancoradouro tão elogiado por M. Le Serrec, na entrada do ramo ocidental do Amazonas, é defendido por ilhas das quais a principal seria esta marcada por J. de Laet, e teríamos que os ingleses completaram esta defesa de Brest ao N., ao S. e no centro com os três fortes que construíram chamados de Cumam, de Taurege e de Filippe, ora merecendo-lhe este ponto tanta atenção e cuidado, como querer que eles deixassem de lhe dar um nome seu ou apliquem a ilha ou ao rio?

O simples raciocínio, a história, a analogia com o nome dado a outro ponto na Europa, igualmente importante sob o ponto de vista hidrográfico, o estudo filológico do próprio termo, tudo mostra que o Brest, do Amazonas, não é uma recordação bretã, mas sim britânica.

Vamos à ultima questão e a mais importante.

O rio Vicente Pinçon, o rio Oyapoc, o rio do Cabo de Orange são um só e mesmo rio, digo eu.

É isto que nos contestam hoje os franceses, suposto que as provas acumuladas por J. Caetano da Silva em sua obra, são tantas e tão concludentes que em um ânimo imparcial não devem deixar dúvida.

Dizem as cartas patentes dadas por Filippe IV de Espanha, datadas de 14 de junho de 1637, a Bento Maciel Parente, concedendo em seu favor a capitania brasileira do Cabo do Norte: Acho bom e me apraz fazer doação irrevogável das terras que demoram no Cabo do Norte contando 30 a 40 léguas sobre a costa do mar desde este cabo até o rio Vicente Pinçon, onde entra repartição das Índias do Reino de Castela, e no interior subindo o Amazonas ao longo do canal que desemboca no mar 80 a 100 léguas até o rio dos Tapuyasus etc.

Este termo foi publicado em português em 1749 de conformidade com o registro feito das cartas de doação em um

livro da Provedoria do Pará, nos anais históricos do Maranhão de Berredo. Este Berredo foi capitão-general do Maranhão; Mr. d'Avezac publicou este termo em 1857 no Boletim da Sociedade Geográfica de Paris.

Este título foi apresentado em 1699 em Lisboa na discussão que precedeu o tratado de 1700, e o presidente Rouillé, embaixador de Luiz XIV, reconheceu que o rio marcado daquele documento, como limite setentrional do Brasil, era o Oyapoc, o rio do Cabo de Orange.

Em 1855, na discussão diplomática, Mr. de Buttenval, em falta de argumentos, disse que este documento só provava que os reis de Espanha, não contentando com as coroas de Espanha e Portugal, ainda queriam ocupar o que pertencia à de França ou (o que é mais verossímil) que os empregados de chancelaria não tinham noções geográficas bem exatas...

Ora, ainda ninguém se atreveu a contestar que o nome de Vicent Pinçon foi introduzido no litoral guianês pelos espanhóis, que as cartas gravadas do século 16.º o mencionam e figuram tendo-o ido buscar às cartas manuscritas espanholas e portuguesas, além de que todo o dela amazoniense estava desde 1632 no domínio português: se pois a chancelaria de Espanha e Portugal não conheciam a distância do Cabo Norte ao rio de Vicente Pinçon, quem a conheceria?

Não podendo responder a isto, Mr. d'Avezac lança mão de outra evasiva. Põe em primeiro lugar em dúvida o valor do título de doação que diz só ser conhecido pelos anais de Berredo, e mesmo quando tal título seja valioso, quer que os terrenos concedidos sejam contados na outra margem do Amazonas onde havia estabelecimentos portugueses, e diz que estes consideravam aquele braço como o verdadeiro Amazonas e que em 1637 o verdadeiro Cabo do Norte era a ponta de Magoari na ilha do Marajó. Ora, vejamos que valor tem tais argumentos.

1.º – Não é só nos anais de Berredo que se acha consignado o termo da doação feita a Bento Maciel Parente (o qual erradamente Mr. d'Avezac data de 1636, quando ele é de 1637). A primeira inscrição deste ato, feita em 15 de agosto do mesmo ano por Manuel Ferreira, escrivão da Provedoria-mor do Reino de Portugal, existe na Torre do Tombo, isto é, nos arquivos

reais de Lisboa, em um livro *in-folio*, que na lombada traz o título – D. Filippe III Doac. Liv. 34 – com as três assinaturas autógrafas, das quais uma, a do fim do livro, é a de Cristóvão de Mattos Lucena, guarda-mor da Torre do Tombo, atestando em 23 de junho de 1642 que este livro fora recebido nesse dia na Provendoria do Reino.

Ora, este livro foi apresentado ao Sr. J. Caetano da Silva pelo ilustre Sr. Alexandre Herculano, e tirou cópia integral do que nele achou de folio 2 a folio 5 verso.

A asserção, pois, d’Avezac não tem a menor importância.

2.º – Em 1637, todos os documentos, cartas, memórias, mapas, olham o Cabo do Norte como o nome exclusivo da ponta oriental da Guiana.

Em 1625 a 1630, em holandês, em 1633 em latim, em 1640 em francês, João de Laet o dizia bem claramente pela seguinte forma: – La continence qui borne cette riviere (o Amazonas) devers l’Occident avance en mer un grand Cap sur la hauteur des deux degrés de la ligne vers le Nord: lequel est nommé par d’aucuns Capo race, par d’autres Cap de Nord, & par ceux de nostre nation de Nord Caep.

Nos antigos manuscritos de 1627 e 1640, dos cosmógrafos portugueses Alvernaz e Teixeira, se acha inscrito o nome de Cabo Norte, na ponta oriental da Guiana; e na última carta Teixeira inscreve para que não haja dúvida o seguinte: – Cabo do Norte, em altura 2 graus do Norte.

Em 1731, depois do Tratado de Utrecht, é que pela primeira vez o cavalheiro d’Audiffredy supos que o verdadeiro Cabo do Norte era a ponta N. do ramo do Pará.

Em 1797, noventa e sete anos depois do tratado, é que pela primeira vez é isto afirmado por Nicolau Buach.

Os próprios termos do ato de doação responderam a Mr. d’Alvezac; diz aquele documento que a capitania tem de 80 a 100 léguas pelo Amazonas até o rio Tapuyassus.

Impressionado pela semelhança que (somente para um ouvido francês) há entre as palavras Tapuyassus e Tapajós, disse que o Tapajós, sendo na margem direita, as terras da Capitania igualmente eram na margem direita e não na margem esquerda.

Este erro ou sutileza é tão grosseiro que facilmente é respondido com os próprios documentos daquela época.

Berredo é o mesmo que na sua obra, § 568, distingue bem Tapuyassus e Tapajós, dizendo: que aqueles Tapuyassus (nome dos índios daquela tribo) negociavam com uma tribo numerosa no Tapajós, do qual tomavam o nome etc.

O cosmógrafo Teixeira, três anos depois do ato da doação de 1637, em 1640, escreve no seu último mapa Província dos Tapuyos-sus na margem guianesa do tronco do Amazonas imediatamente ao oeste de um rio anônimo, que se lança no grande rio muito perto da sua bifurcação.

Ainda em 1687, o primeiro mapa da 5.^a parte do *Flambeau de Van Keulen*, construído evidentemente com materiais portugueses, apresenta na margem guianesa do Amazonas o nome de – Província de Índios Tapuyjosus.

Esta confusão não é permitida a quem possuir ainda mesmo só rudimentais conhecimentos da língua geral, pois que Tapajós é uma palavra simples, ao passo que Tapuyassus é um vocábulo composto de dois, a saber: Tapuya, que significa índio, e que ainda hoje é usado pelos brancos para designar os índios: a outra é o adjetivo assu, que significa grande, terminação muito usada em todo o Amazonas para indicar grandeza, de modo que o nome R. Tapuyassus quer dizer R. dos Tapuyos grandes.

Ainda mais, custa a acreditar que o erudito Mr. d’Avezac queira fazer crer que os terrenos concedidos a Bento Maciel Parente, em que uma das margens do Amazonas, sejam contados da ponta de uma ilha, como acontece com a ponta de Magoari, por ele indicada, que é situada na ilha de Marajó, a qual está na embocadura do Amazonas, mas deixando entre a ponte de Magoari e a ponte do Taipu, que lhe fica fronteira na margem direita, talvez, não menos de vinte e tantas a trinta milhas.

Contra esta confusão adrede, estabelecida por Mr. d’Avezac, ainda protesta, e de uma coisa irrefutável, o próprio teor de uma parte da carta de doação de Bento Maciel, quando diz que, em 1633, por cartas patentes, tinha decidido que as duas capitanias particulares do Maranhão e Pará ficariam reservadas para a coroa, e que a do Pará – começaria na ponta do

rio Maracanã, subiria pela boca do Pará e acabaria na primeira cachoeira do rio Tocantins – vê-se pois que as cartas patentes de 1637 distinguem perfeitamente o ramo do Pará e o canal do Amazonas, que desemboca no mar.

À vista do que leio e dito, está bem provado que o limite Norte do Brasil, expresso nas citadas cartas de doação, e confessado pelo plenipotenciário de Luiz XIV, Mr. de Rouillé, é o rio do Cabo de Orange ou Oyapoc, R. Vicente Pinçon dos portugueses e espanhóis.

Para a questão de que trato, muitos e importantes documentos, em número de 65, apresenta o Sr. J. Caetano da Silva na sua obra, os quais mostram bem os direitos da coroa brasileira; eu, porém, só lançarei mão daquele que vem sob o n.º 21, que me parece bem terminante.

Nas pesquisas que o governo francês permitiu ao falecido Sr. visconde de Santarém fazer em seus arquivos, encontrou ele no Ministério da Marinha e das Colônias, em Paris, o relatório oficial escrito por Mr. de Ferrolles, revestido da sua assinatura autógrafa, sobre a sua expedição ao Amazonas em 1688; desse relatório o mesmo Sr. visconde deu um extrato ao Sr. J. Caetano da Silva, com a promessa de o não publicar senão depois da sua morte, e nele encontra-se o seguinte:

Que quando, em 1688, Ferrolles, por ordem de Mr. de La Barre, foi ao Amazonas intimar aos portugueses que abandonassem os fortes que tinham construído na margem esquerda do Amazonas, tendo explorado o Arouague, o Oyapoc, o Cassipoure, na embocadura deste, deixou bergantim, e em duas pirogas continuou a seguir a costa. Chegando ao Mayacaré e penetrando no lago Macary, e chegando até a fortaleza portuguesa do Araguay, situada em um confluente da margem esquerda do Araguay, e guarnecida por 25 soldados e três canhões.

Feita a intimação ao comandante português, este lhe respondeu: – Que em virtude da doação feita a Bento Maciel Parente, os limites das possessões portuguesas eram no do Cabo de Orange, chamado pelos portugueses rio Vicente Pinçon e pelos franceses Oyapoc etc.

Isto é terminante. Doze anos do tratado de 1700, vinte e cinco antes do de Utrecht, um funcionário português declara a um funcionário francês, em contrário das ordens que este levava, que o rio chamado pelos portugueses de Vicente Pinçon, e que Portugal considera como limites, é o Oyapoc dos franceses, e que de todos é bem conhecido pelo nome de rio de Cabo de Orange; ora, ainda que se queira dizer que Oyapoc é um nome genérico, não poderão dizer o mesmo a respeito da denominação de rio de Cabo de Orange.

Esta declaração foi levada ao conhecimento do governo francês em 1688, logo em 1700 e 1713, fazendo os dois tratados, o governo francês não se podia iludir, sabia que o limite era o rio do Cabo de Orange, chamado também Oyapoc e Vincent Pinçon.

Esta declaração do oficial português está inteiramente de conformidade com a do governador francês em 1666, antes da aparição de Ferrolles em Caiena.

Sobre a suposta confusão dos nomes, Yapoc, Japoc, Oyapoc e Waripoco, muito pouco me estenderei, para não cansar mais os leitores.

Têm dito os franceses que Japoc não era uma variante de Oyapoc, mas sim uma alteração de Waripoco, que era o nome de um rio próximo ao Cabo do Norte, marcado em um mapa holandês. Isto pela simples inspeção das palavras e a índole da língua dos índios não se sustenta, e tanto que, em 1731, o cavalheiro d'Audiffredy reconhece que Japoc é uma variante de Oyapoc, mas assegurando que havia um outro Oyapoc na ilha de Marajó. Mas o que provaria isto? Poderia, porventura, sendo assim, este novo Oyapoc ser o limite de terrenos na margem guianesa, estando em uma ilha dela muito distante?

Em 1763, Bellin igualmente reconhece que Japoc é uma variante de Oyapoc.

A isto seguiu-se uma nova transformação de Oyapoc, que era escrito Yapoc com Y, declaram depois que Yapoc é o mesmo que Japoc, e nós que falamos e temos lido o português sabendo quão numerosos são os exemplos do y por j, como ya, yacer, yugo, por já, jazer, jugo.

Os portugueses, a quase todos os nomes índios, rigorosamente escrito com y, substituem o j, assim Maruyó, paye, Yamundá, Yapurá, Yary, Yuatahi, Tapayos, substituem portugueses e brasileiros, Marajó, pagé, Jamundá, Japurá, Jary-Jutahí, Tapajós; todos os que conhecem a língua sabem isto e quando falam com um índio em língua geral, prenunciam Yapurá, Yamundá, Marayó etc., com y, não obstante quando falam com portugueses e brasileiros usarem do j e não do y.

Na própria carta francesa de La Condamine se encontra Marayó, Yari, Tapayós, ao passo que na carta, também francesa, de Mr. de Montravel, se lê Marajó, Jary e Tapajós.

Assim, Waripoco, Oyapoc, Japoc e Yapoc são variantes do mesmo nome, dado pelos franceses ao rio do Cabo de Orange.

Em 1637, o francês d'Avity chamava Yapoco o rio que fica a 4º da latitude setentrional, que é o do Cabo de Orange.

Em 1666, o francês de La Barre tinha expressamente colocado o rio Yapoco no Cabo de Orange.

Em 1674, o francês Grillet dava ao rio do Cabo de Orange o nome de Ypoque.

Pela mesma forma, em 1688, o francês Guilherme Sanson.

Em 1703, o francês Delisle chama o rio do Cabo de Orange, Yapoco.

Em 1708, o francês Thomaz Corneille também chama ao rio do Cabo de Orange, Yapoco.

Mr. d'Alvezac chama variantes do nome índio do rio do Cabo de Orange, os nomes Yapoco, Ypoque e Yapoc.

Em 1820, o Mr. de Saint Quantin chama o mesmo rio Yapoco.

Os plenipotenciários portugueses em 1700 dão-lhe o nome de Oyapoc, que era o que se achava consignado no documento francês mais moderno (era o mapa do governador de Ferroles).

Em 1713, os redatores portugueses adotaram a fórmula Yapoc, por uma razão análoga.

O que fica bem claro, bem patente, é que os nomes de Oyopoc, Ojapoc, Yapoc e Japoc foram sempre dados exclusiva e unicamente ao rio do Cabo de Orange até a data do Tratado

de Utrecht, e mesmo anos depois, isto é que ninguém pode contestar.

Termino aqui este imperfeito trabalho, escrito a correr, para ser impresso num jornal diário, sendo quase tudo quanto nele se encontra extraído da grande obra do Sr. J. Caetano da Silva. Julguei-me obrigado a ele, não só por ser brasileiro e mais ainda amazonense, nascido no Pará, como pelo silêncio que vi guardar-se na Europa, não obstante as audazes e inexatas asserções de Mr. Deloncle e do *Petit Journal*, apenas interrompido pelas palavras generosas do Sr. P. Lamas, diretor da *Revista Sul-Americana*, que afirmou que o Brasil saberia defender os seus direitos, não quis que o comportamento de honra por ele tão generosamente tomado ficasse sem ser satisfeito.

Uma outra razão houve que me levou a protestar contra uma expoliação injusta que Mr. Deloncle lembra ao governo francês, em cuja imparcialidade ainda tenho alguma confiança, foi ela o não querer deixar que uma das páginas mais brilhantes da brilhantíssima história das descobertas portuguesas fosse rasgada, pois que até 1822 a história portuguesa é também a história do Brasil, e dela temos nós, os brasileiros, bastante de que orgulhar-nos, pois que se nossos pais, os portugueses, não souberam imitar a Roma antiga imperando, souberam como nenhuns outros, na frase eloquente do Sr. Oliveira Martins, trilhar os mares e os sertões, esculdrinhando o fundo das barras, a entrada de rios, a verdade das rotas, os fluxos do mar, os surgidouros dos portos, os desvios das serras, as brenhas do mato, – souberam, primeiro que ninguém o soubesse, lançar os alicerces das novas cidades, fundar os elementos de novas Europas.

E bem diz, pois, quando os portugueses terminaram a sua obra na América, nós, os brasileiros, a continuamos, e tenho fé pelo que vou vendo, que esta é a melhor obra que o Portugal do futuro terá deixado na história do mundo.

Fim



**GRÁFICA
MODERNA**
QUALIDADE • TECNOLOGIA • COMPROMISSO

Este livro foi impresso em Manaus pela **Gráfica Moderna** – o miolo e capa – foram feitos pela Cultura Edições Governo do Estado



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA